



MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

27 de Maio de 2011

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR) **Parlamentares aprovam o Código Florestal do agronegócio; e madeireiros mandam matar trabalhadores extrativistas** **Organizar um Congresso Operário e Camponês** **Constituir um Tribunal Popular**

Na terça-feira, dia 24/5, José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram fulminados por jagunços a mando de madeireiros, que saqueiam a reserva Água Extrativista Praia Alta Piranha, em Nova Ipixuna, no estado do Pará. Na sexta-feira, dia 27/05, Adelino Ramos (Dinho), líder do projeto de Assentamento Florestal Curuquetê e do Movimento Camponês Corumbiara, foi assassinado em Lábrea (Amazonas).

O casal de trabalhadores fazia parte de um assentamento agrário. Por denunciarem os madeireiros no Ministério Público e por mobilizarem os assentados em defesa da mata, sofriam ameaças de morte. É estarrecedora a previsão de seu assassinato feito poucos meses antes em uma das atividades. Um vídeo mostra José Cláudio relatando as ameaças e a possibilidade de levar um tiro na cabeça. Mais uma vez temos o caso “marcado para morrer”, um entre muitos casos de camponeses que perderam a vida sob as armas de latifundiários, fazendeiros e madeireiros.

A morte anunciada de José Cláudio e Maria foi enfim cumprida quando o Congresso Nacional decidia anistiar o agronegócio de multas e obrigações por ter violado o Código Florestal. Embora se possa dizer que foi uma coincidência e que não tem relação um acontecimento com outro, é incontestável que são parte de uma mesma estrutura econômica, mesma relação de propriedade e mesma relação social. E estão sob a mesma forma de poder econômico, político e judicial.

Toda vez que um latifundiário manda matar um camponês, as instituições da burguesia, da qual faz parte a imprensa, procuram isolar a violência como se fosse um caso particular e uma excrescência no sistema agrário e no regime democrático. A realidade é bem outra. O processo capitalista de concentração da propriedade privada dos meios de produção e, em especial, da propriedade da terra, criam e reproduzem a pobreza das massas agrárias; expulsam os camponeses das pequenas e médias propriedades e os transformam em sem-



José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva: mais dois assassinados pelo poder do latifúndio e agronegócio. Na foto menor, Dinho, do MCC.

terra; conservam em determinadas regiões o trabalho familiar e semiproletarizam seus membros como assalariados temporários; subjagam o que restou dos povos indígenas e adentram com o desmatamento em suas áreas de existência.

O Estado está a serviço da classe capitalista para impulsionar a concentração e centralização do capital e, portanto, da propriedade agrária. Não tem como se colocar em defesa dos camponeses, especialmente dos minifundiários, dos sem-terra e dos indígenas. Está aí por que a tarefa democrática de realizar a reforma agrária fracassou sob a condução do Estado e por que permite aos porta-vozes do capital se oporem ao movimento dos sem-terra com o argumento de que triunfou a agroindústria sobre o velho latifúndio, incorporando o campo à tecnologia e a alta produtividade.

Na realidade, ampliou-se a industrialização no campo sem contudo superar a estrutura geral do passado que combina formas arcaicas da produção familiar, incluindo a de subsistência, portanto, pré-capitalistas, com as mais modernas formas de produção capitalista. Conservam-se as contradições anteriores e criam-se novas. A classe camponesa persiste, e, com ela, a pobreza e miséria, e avança o proletariado agrícola. A distribuição regional desse movimento

econômico não alterou, senão em grau, os desequilíbrios que marcam a formação histórica do Brasil. O Sul e Sudeste mantêm a gigantesca centralização industrial e o restante do País, o atraso. O avanço da agroindústria no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, via de regra, expressa a penetração do grande capital concentrado no Sul e Sudeste. Entrelaçado ao grande capital nacional, a agroindústria e o agronegócio multinacional vêm tomando a frente desse processo de incorporação das regiões em atraso. Trata-se do capital imperialista, saqueador e opressor da nação semicolonial.

Não somente a classe operária sofre a dupla opressão do capital interno e do externo, mas também os camponeses. As madeiras que desmatam vertiginosamente servem ao mercado internacional com produtos extintos nas potências e ao mercado interno com o carvão. Os assassinatos no campo são de responsabilidade deste ou daquele latifundiário, ou deste ou daquele empresário do agronegócio, mas nem por isso deixam de ser responsabilidade geral da classe capitalista e de seu Estado. Não por acaso reina a impunidade dos criminosos.

É sintomático, portanto, que no mesmo instante em que se modificava o Código Florestal para ajustar os interesses da agroindústria e dos latifundiários, os madeiros cumpriam suas ameaças de tirar do seu caminho José Cláudio e Maria do Espírito Santo. O parecer do deputado do PCdoB, Aldo Rebelo, pela mudança do Código e a emenda substitutiva do PMDB 164 que anistiam os desmatadores e dão maiores poderes aos estados da Federação para decidir sobre a questão se apoiaram no argumento de que se tratava de regularizar a situação de todos os proprietários, mas particularmente aos pequenos e médios infratores. Igualou-se o latifúndio ao minifúndio, a agroindústria ao agrofamiliar. Não se tratou de simples impropriedade do relator e dos partidos que votaram quase que por unanimidade o parecer do novo Código, a não ser o PSOL e o PV. A emenda 164 escancarou o que o governo do PT procurou não clarear, ou seja, que a reformulação do Código atende aos interesses dos latifundiários, da agroindústria e do agronegócio.

O Congresso Nacional parecia ter se transformado em órgão legislativo dos pequenos e médios agricultores. Os deputados estavam ali para protegê-los e para isso não podiam deixar também de proteger os capitalistas do agro. O líder do PCdoB inverteu a ordem dos fatos e dos interesses, de forma que se transformou em líder da bancada ruralista. Enquanto isso, os desmatadores passaram à ofensiva e as madeiras mandavam matar José Cláudio e Maria. Todos vão lamentar a perda de vidas, vão exaltar que isso não é mais compatível com a democracia e que a justiça deva ser feita. Mas nenhuma falsificação da realidade da luta de classes no campo irá suprimir a instantaneidade da anistia aos capitalistas e do assassinato de dois ativistas defensores da economia camponesa. Nenhuma mentira política irá apagar o fato de que o Congresso aprovou a violação do Código elaborado pelo próprio Estado, facilitando a progressão anárquica do capitalismo no campo. Nenhuma impostura social ocultará que o

Parlamento é um instrumento legislativo dos latifundiários, da agroindústria e do agronegócio. E nenhuma demagogia democrática eliminará o acontecimento de que enquanto em Brasília se discutiam os interesses do grande capital, na floresta amazônica do Pará, assassinos de aluguel decidiam traiçoeiramente a morte de dois pobres extrativistas.

Desgraçadamente, a maioria dos sindicatos, das Centrais e o MST estão comprometidos com o governo que ajudaram a eleger. Não se colocaram à altura de responder à ofensiva dos capitalistas do agro e de defender o pequeno e médio camponês. Ficaram paralisados diante da campanha burguesa, cuja figura eminente nada mais era senão o estalinista Aldo Rebelo do PCdoB. Ninguém pode prestar melhor serviço à burguesia que um falso comunista, que por isso mesmo se curva nada mais nada menos que perante o agronegócio e àqueles que assassinam camponeses.

A tarefa que correspondia era a de convocar um congresso de operários e camponeses para uma ação unitária contra os interesses dos exploradores e predadores dos bens naturais que deveriam pertencer à humanidade. Um congresso que responsabilizasse a burguesia latifundiária e agroindustrial pelo saque das terras, florestas, rios e da fauna. Um congresso que aprovasse um programa de defesa do homem e da natureza, cujas existências estão entrelaçadas. Portanto, um programa de expropriação da grande propriedade e nacionalização das terras, de acesso aos camponeses pobres a todas as condições de produção planejada. Enfim, um programa de aliança operária e camponesa, destinado a enfrentar a classe capitalista centralizada pelo Estado, de defesa das reivindicações da maioria oprimida, de organização das massas em organismos próprios, de estabelecimento da autodefesa contra a violência capitalista e de luta pela conquista do poder político pela via revolucionária.

O fato da classe operária não ter o seu partido impossibilitou travar um combate à ofensiva agrolatifundiária. Não para se limitar a leis e para servir de pressão às disputas interburguesas, das quais fazem parte os tais dos ambientalistas, ONGs, etc, mas para pôr em ação entre os explorados o programa de expropriação da grande propriedade e sua transformação em propriedade social, coletiva, socialista. Para responder prontamente e com capacidade de luta aos assassinatos, como os de José Cláudio e Maria do Espírito Santo. Para convocar um Tribunal Popular, formado por representantes eleitos na classe operária e na classe camponesa, bem como entre a classe média urbana arruinada, que seja capaz de apurar os assassinatos de trabalhadores e punir os responsáveis.

Viva José Cláudio e Maria do Espírito Santo!

Morte ao Código Florestal dos latifundiários, agroindustriais e do agronegócio!

Por um programa de expropriação da grande propriedade agrária, sem indenização e pela nacionalização das terras, sob o controle de comitês agrários. Pela aliança operária e camponesa, que impulsione a revolução social e imponha à burguesia a ditadura de classe do proletariado.